

SUMÁRIO

CAPÍTULO 2. Organização da enfermagem brasileira	27
Joel Rolim Mancia, Maria Itayra Coelho de Souza Padilha, Flávia Regina de Souza Ramos	
Introdução	27
1. O contexto de nascimento da Associação Brasileira de Enfermagem	27
2. Marcos estratégicos para a constituição da categoria profissional	30
2.1. Semana Brasileira de Enfermagem	30
2.2. Congresso Brasileiro de Enfermagem – CBEEn	33
2.3. Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem	37
2.4. A Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn)	41
2.5. Estratégias políticas para a educação em Enfermagem	49
3. Referências	53

CAPÍTULO 2

Organização da Enfermagem brasileira³

Joel Rolim Mancia⁴

Maria Itayra Coelho de Souza Padilha⁵

Flávia Regina de Souza Ramos⁶

Introdução

Este capítulo trata da construção histórica da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e sua importância para a enfermagem brasileira. São considerados os fatos que desde o início da instalação da Entidade demarcaram os seus diversos momentos; estes são demonstrados a partir de uma perspectiva muito particular, entre outras possíveis. Para tanto nos asseguramos de buscar em estudos de história aqueles acontecimentos que, situados em uma cronologia, pudessem dar uma significação a todo um contexto interpretativo, ou seja, permitissem visualizar o processo de constituição da ABEn em sua dinamicidade.

1. O contexto de nascimento da Associação Brasileira de Enfermagem

O corpo de professoras da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) criou, em 1923, a Associação do Governo Interno das Alunas

-
- 3 Texto publicado como capítulo no Livro: Enfermagem história de uma profissão. Organizadores: Padilha, M.I.S.; Borenstein, M.; Santos, I.. Editora: Difusão Editora. 2011. 500p.
 - 4 Enfermeiro. Doutor em Enfermagem. Diretor da ABEn-RS.
 - 5 Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora associada da UFSC. Pesquisadora do CNPq.
 - 6 Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora associada da UFSC. Pesquisadora do CNPq.

(AGIA) da escola, que além de ser um instrumento formador de qualidades para o comando e para a liderança, também se constituía numa instituição de controle e de poder ⁽¹⁾. Na AGIA as professoras da escola tinham o controle absoluto da organização, visto que a presidência do Conselho era exercida pelas docentes ⁽²⁾.

Com a diplomação da primeira turma de alunas da EEAN em 1925, criar uma associação de ex-alunas “era conveniente tanto à escola, que manteria certo controle sobre o conjunto das enfermeiras por ela diplomadas” ^(1:158) e, também, para as alunas que seriam membros de uma associação ligada à prestigiosa EEAN. A idéia se concretiza com quando à futura associação de enfermeiras diplomadas se integram duas professoras da EEAN, brasileiras que haviam se formado no exterior, Edith de Magalhães Fraenkel e Rachel Haddock Lobo . A criação da associação de enfermeiras vinha ao encontro do que preconizavam as enfermeiras americanas da Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem ou Missão Parsons que, segundo Patrícia Donahue citada por Barreira, Sauthier e Baptista ^(1:158) tinham incorporado ao seu *habitus a prática da livre associação para a consecução de objetivos comuns*”. Havia entre elas o entendimento que para uma profissão ser reconhecida necessitava de uma associação e de uma revista. Portanto, “a AGIA se constituiu no locus de gestão da ANED” ^(1:159). A continuidade entre as duas associações é confirmada pelo fato da primeira presidente da ANED, Rimídia Bandeira de Souza Gayoso, ter também presidido a AGIA. . Após o primeiro ano de existência da nova organização, não mais encontramos qualquer indicação ou registro do nome da primeira presidente como participante de qualquer atividade, o que sugere que a mesma desempenhou um papel de pouco destaque. A despeito do desaparecimento da primeira ata consagrou-se como data de criação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (ANED) o dia 12 de agosto de 1926 ⁽³⁾. Em primeiro de junho de 1929, com o objetivo de ingressar a ANED no International Council of Nurses (ICN) foi acrescentado o gentílico “brasileiras” ao nome tornando-se Associação Nacional de Enfermeiras

Diplomadas Brasileiras (ANEDB). Denominação que permaneceu até 7 de agosto de 1944, quando ocorre reforma no estatuto da entidade e esta passa a se chamar Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED).

Em 21 de agosto de 1954 passou a designar-se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), nome que permanece até hoje (GOMES⁴,p.362). No pós-guerra, a diretoria da ABEn reestrutura a organização da entidade, inclusive criando seções, de maneira a manter a unidade da enfermagem nos estados onde já haviam escolas de enfermagem e o número de enfermeiras estava em franco crescimento ⁽³⁾.

A primeira seção a ser criada foi a de São Paulo, imediatamente seguida pela seção distrito federal e, assim, a ABEn foi se expandindo para os demais estados da nação. Em estados mais desenvolvidos também se criaram regionais, unidades da ABEn subordinadas às seções, bem como os núcleos, que são unidades da Associação em locais com número menor de enfermeiras. Essa estrutura não dispõe de autonomia financeira, mas tem se mostrado mais ágil do que as regionais, motivo pelo qual passou a ser uma estratégia estimulada pela ABEn. Hoje a ABEn possui representação nos estados do país, através das seções mas, apesar dos esforços de várias diretorias, não se constituiu nos estados do Acre e de Roraima, enquanto sua organização nos estados do Amapá e Rondônia se encontra muito fragilizada ⁽⁹⁾.

A ABEn é uma organização civil de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública. Congrega sócios efetivos (enfermeiras e enfermeiros), especiais (técnicos(as) e auxiliares de enfermagem) e temporários (estudantes) que a ela se associam livremente. É regida por estatuto e regimentos elaborados e aprovados pelos sócios ⁽¹⁰⁾. Possui uma diretoria nacional e uma diretoria estadual em cada seção, sendo que as regionais só tem cargos executivos e os núcleos possuem apenas um coordenador. Seu estatuto existe por tempo indeterminado e modificações no todo ou em partes são introduzidas quando aprovadas por maioria absoluta dos delegados em AND (Assembleia Nacional de Delegados) extraordinária e com pauta específica.

AABEn constitui-se em Patrimônio da enfermagem brasileira, haja visto que todas as conquistas da categoria emergiram de movimentos por ela organizados. Trabalhando com o Ministério da Saúde, OPAS, UNESCO, CNS, FENTAS, MEC, CAPES, CNPq, FINEP, entre outros órgãos, desde sua criação, em atividades de assessoria, parcerias em eventos, publicações e realização de campanhas nacionais de saúde e educação. Na educação tem acompanhado todas as questões referentes ao ensino de enfermagem do nível médio à pós-graduação ⁽¹⁾.

2. Marcos estratégicos para a constituição da categoria profissional

Tão diversa é a atuação da entidade, como também são diversas suas contingências históricas, que muitos caminhos são possíveis ao pensamento que deseje percorrer sua história e delinear seu papel para a Enfermagem brasileira. Dentre tantas possibilidades, optamos por utilizar alguns marcos que, por serem considerados estratégicos para a constituição da categoria profissional, são também representativos da própria entidade que os construiu. São eles: a Semana Brasileira de Enfermagem, o Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn); o Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem (CEPEEn); a Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn); Estratégias políticas para a educação em Enfermagem.

2.1 Semana Brasileira de Enfermagem

Laís Neto dos Reis (LNR), diretora da EEAN, em 1940, com o apoio da Universidade do Brasil (UFRJ) e do Ministério da Educação e Saúde (MES) celebra a primeira Semana da Enfermeira. A comemoração teve lugar na própria escola e, como recomendado pelo Decreto n.º 2156/38, inicia sua celebração no dia 12 de maio, data do nascimento de Florence Nightingale, prolongando-se até 20 de maio, data do falecimento de Anna Nery ⁽³⁾. Em seu discurso de abertura da Semana da Enfermeira, LNR apontou como objetivos: homenagear

as patronas da Semana; estimular as enfermeiras a se aperfeiçoarem e facilitar o encontro de diretoras de escolas ⁽³⁾.

A Segunda Semana da Enfermeira foi realizada também na EEAN, havendo já nesta ocasião a presença de diretoras de outras escolas, convidadas por LNR. Interessante observar que neste evento os objetivos da Semana foram acolhidos pelas diretoras, as quais passam a organizar a Semana em seus estados ⁽¹³⁾.

Com o surgimento das seções da ABED, como a de São Paulo, estas incorporam a Semana da Enfermeira e passam a realizá-la como atividade regular da ABEn a partir de 1946. Durante a Semana da Enfermeira de 1946, realizou-se a 6ª Conferência sobre currículo mínimo que, embora com um reduzido número de participantes, discutiu assuntos relacionados à seleção e ingresso nas escolas de enfermagem e detalhes da distribuição da carga horária do currículo mínimo. Portanto, as enfermeiras comemoram a data com várias atividades, mas tendo como foco a educação ⁽¹⁴⁾.

Desde 1940, a Semana da Enfermeira se realiza anualmente, sendo que em 2009 celebramos a sua 70ª edição. Como claramente expresso por LNR, a Semana incorporou aqueles objetivos e manteve a tradição de desenvolver um tema durante a comemoração, como aconteceu na primeira Semana, em homenagem à Anna Nery ⁽¹⁶⁾.

A oportunidade oferecida pela Semana da Enfermagem é bem aproveitada pelos membros da Associação; artigos em jornais, palestras em reuniões especiais, m escolas, nos centros de saúde ou pelo rádio, cartazes em vitrines, são os meios mais utilizados. Houve seções que lançaram mão de expedientes novos tais como: reuniões sociais, exibição de filmes sobre enfermagem, visita ao hospital e até uma demonstração de cuidado de enfermagem, irradiada e filmada para a televisão. Várias incluíram, nas comemorações da Semana, a Páscoa das enfermeiras. A Semana da Enfermeira, ideada por Laís Neto dos Reis, teve tanta aceitação em nosso meio, que os sindicatos de Enfermeiros e Empregados de Hospitais a adotaram e também dela se ocu-

pam como carinho especial. Continuem as seções este trabalho de divulgação, necessário, para trazer ao conhecimento público, informações sobre a profissão ^(17:3).

Pouco a pouco a atividade da Semana da Enfermeira se amplia e é comemorada em todo o país, abrangendo os mais diferentes temas e preservando sua finalidade de reunir os profissionais. Ainda mantém um forte caráter religioso, cerimônias sociais durante o período. Também servia como uma estratégia para divulgar a profissão e, principalmente na década de 50, de recrutar alunas para os cursos de enfermagem. Nessa mesma época a ABEn reivindica que se oficialize a atividade e esta passe a se denominar Semana da Enfermagem. Em 1960 é reconhecida por lei tornando-se atividade oficialmente reconhecida ⁽³⁾.

A partir da década de 70, de acordo com Carvalho ⁽³⁾, nas realizações predominam as atividades científico-culturais promovidas pela ABEn, de forma que esta considera a Semana de Enfermagem como patrimônio da Entidade e passa a denominá-la Semana Brasileira de Enfermagem – SBEn⁽¹⁸⁾.

A partir da década de 80 a SBEn passa a desenvolver um único tema e este é reproduzido pelas seções, o que tornou este evento um importante espaço de discussão para a profissão. Durante o período em que esteve filiada ao ICN, a ABEn desenvolveu as temáticas da SBEn em articulação com os temas propostos pelo Conselho. A partir de 1997, quando é desligada do ICN, continua com a mesma estratégia de eleger um tema relevante e atual para discutir com a categoria de enfermagem em todo o país ⁽¹⁹⁾.

A partir de 1995, a ABEn produz uma publicação chamada Caderno de Dicas⁷, que orienta a organização da SBEn. E, a cada ano

7 Manual de como organizar a SBEn nos estados e apresentar relatório nacional. Se constitui de normas, textos críticos relativos ao tema oficial da SBEn. É distribuído durante a reunião do Conselho Nacional da ABEn, no início do ano em Brasília. Foi uma criação de Maria José Moraes Antunes, diretora de assuntos Profissionais da Diretoria Nacional da ABEn em duas gestões, ou seja: 1995-1998 ; 1998-2001 e 2007-2010⁽²⁰⁾.

um diretor nacional da Associação se responsabiliza pela coordenação do evento. Cartazes e pôsteres são distribuídos em todos os estados da federação, estes veiculam o tema e os locais de discussão. As seções têm o papel de introduzir a temática nas comemorações que ocorrem em cada estado ⁽⁹⁾.

2.2. Congresso Brasileiro de Enfermagem – CBEn

A origem do Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn), pela tradição, se deve a Madre Domineuc, docente da escola de enfermagem do Hospital São Paulo. Esta teria sugerido a criação do evento para reunir as enfermeiras, visto que já havia no país várias escolas e muitas enfermeiras formadas, e este tipo de atividade era vital para reforçar a unidade da Associação ⁽³⁾. De acordo com esta autora as primeiras tentativas para fazer um congresso ocorreram no ano de 1945. No entanto, somente em 1946 é que Edith de Magalhães Fraenkel convida Zaira Cintra Vidal para participar do Congresso que se realizaria em 1947 ⁽¹⁾. Embora a programação científica estivesse sob controle da ABEn, por meio das Comissões de Saúde Pública e de Educação, Laís Neto dos Reis, à época diretora da EEAN e da Comissão de Educação da ABEn, em reunião de diretoria, questiona a exclusão da EEAN na organização do Congresso, ao contrário do que acontecia com outras escolas.

Esta situação de constrangimento e de confronto era resultado da disputa pelo poder das duas mais importantes figuras e Escolas da enfermagem brasileira no período: Edith de Magalhães Fraenkel da Universidade de São Paulo e Laís Neto dos Reis, da EEAN. Como resposta à ausência de Laís, leiga mas católica fervorosa, as católicas mantiveram um expressiva representação no evento ⁽¹⁾.

Contar como foi cada Congresso da ABEn é como percorrer uma estrada que lentamente se constrói e vai delineando o contorno e o relevo desta entidade. Num primeiro momento, o relato deve inserir o leitor no contexto desafiador no qual surgiu a enfermagem brasileira, marcado por histórias e lutas pessoais e, também, por articulações

com os interesses do Estado ⁽²¹⁾. É certo que as pioneiras da ABEn precisavam consolidar a profissão e, ainda que lutadoras, não puderam fugir de certos limites e condições de seu tempo e lugar na sociedade.

O CBEn mostrou-se o mais competente, ainda que não seja o único, instrumento criado pela ABEn para transmitir seu discurso para a profissão... Como veículo desse discurso O CBEn sempre expressou o pensamento da diretoria que está no comando em cada momento, embora sua organização seja delegada à seção que vai sediá-lo. Uma maior governabilidade da Comissão organizadora local (seção sede) inicia com a ascensão do MP na ABEn, já que anteriormente, a Direção Nacional indicava a Comissão de tema, geralmente com integrantes de São Paulo, Rio de Janeiro ou Bahia. Tal autonomia não é absoluta, pois tanto o temário, quanto o programa e os convidados, são definidos com ampla participação da Direção Nacional. A programação final do evento deve ser aprovada no Conselho Nacional da ABEn (CONABEn), normalmente e realizado no primeiro trimestre do ano, enquanto o CBEn acontece no último trimestre. Há assim, um espaço de tempo no qual as seções não estão presentes para discutir e acompanhar a organização do evento, o que fica a cargo apenas da Direção Nacional.

O CBEn já a partir de 1947 se tornou atividade regular da ABEn, sendo realizado anualmente em uma capital do país. Somente não ocorreu no ano de 1953, quando a ABEn hospedou o X Congresso Quadrienal do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN) em Petrópolis e, em 1961, quando ocorreu no Rio de Janeiro o Congresso do Comitê Internacional Católico de Enfermeiros e Assistentes Médicos Sociais (CICIAMS). O IV Congresso Nacional de Enfermagem (CNE) realizado na Bahia, em 1950, foi o primeiro a contar com um regimento e com a participação de muitas estrangeiras, com destaque para as representantes do CIE Carvalho ⁽³⁾. A intenção de tal participação pode ser atribuída a necessidade de discutir a criação da Federação Interamericana de Enfermagem, preocupação recorrente em encontros internacionais que reuniam latino-americanas. Tal objetivo era de “grande interesse para que as enfermeiras americanas pudessem ocupar melhores posições no Conselho Internacional de

Enfermeiras”, pois entendiam que esta seria uma forma de manter o controle sobre as enfermeiras desta região do mundo ⁽²²⁾.

Do primeiro evento até os mais recentes a proposta do CBEEn desenvolveu-se, aprimorando suas estratégias, introduzindo novos valores e, especialmente, trazendo para seu interior a realidade que se apresentava no dia-a-dia das enfermeiras. Em sua primeira edição, por exemplo, buscava reunir as enfermeiras no período vespertino e reservar o turno da manhã para passeios e recepções. Foi gradativamente que o CBEEn incorporou em sua programação a ampla agenda da ABEn, como as reuniões de diretoria, as Assembleias de Delegados, os encontros de seções, em paralelo ou concomitante com as atividades do conclave, o que também era interessante por razões econômicas. Em 1967, após o XIX CBEEn, Clarice Ferrarini sugeriu que durante os próximos congressos fossem realizados cursos de atualização pré-congresso, o que foi aprovado a partir de 1968 ⁽³⁾.

Os congressos se constituem em espaços políticos privilegiados, pois reúnem profissionais de todo o país, que participam e discutem o tema do evento, sempre relacionado a questões emergentes do contexto profissional. Possibilita, assim, um intercâmbio técnico, político e cultural entre os profissionais que dificilmente seria viável em outro cenário, além de concretizar suas recomendações em inúmeras realizações da enfermagem brasileira. Ora organiza seus temas decompondo um tema geral, ora constrói o tema durante as discussões, sendo que em ambas as situações produzem documentos com a finalidade de dar encaminhamento às questões que afetam a profissão e que foram deliberadas em suas plenárias.

A partir da década de 1980, o CBEEn desenvolve, desde a escolha dos temas, uma abordagem mais crítica em relação a conjuntura sócio-política, como defendiam os novos dirigentes da ABEn. Procura fazer com que o entendimento acerca do próprio trabalho seja mobilizador de ações e transformações na área da saúde, bem como promovendo alianças com outros movimentos da sociedade civil ⁽²³⁾.

O CBEEn é, ainda hoje, com mais de 60 edições, o maior evento de enfermagem do Brasil. O seu crescimento sempre foi foco de

preocupação por parte da ABEn, já que o número de participantes é tomado como um importante indicativo de seu vigor. Sugestivo é o reconhecimento do modo como alguns eventos específicos foram se desprendendo do CBEn e adquirindo vida própria, como por exemplo o SENADEn, que saiu do congresso para se tornar um evento específico, deixando menos pesada a pauta das reuniões de escolas, que acontecia no CBEn. Com a expansão do número de sociedades de especialistas, os encontros relativos a tais especialidades se deslocaram para eventos próprios, hoje acontecendo no CBEn somente algumas reuniões de articulação. Ainda assim, hoje o CBEn incorpora cada vez mais atividades e é o fórum que discute a amplitude da prática da enfermagem brasileira, em suas diferentes dimensões.

Interessante ressaltar o crescimento do número de estudantes que participam do CBEn a partir de 2001, ano em que ultrapassam o número absoluto de enfermeiras inscritas. Este é um indicativo de que a diretoria da ABEn deve levar em consideração, para a organização dos próximos eventos. Tal incremento tem reflexos importantes no saldo financeiro do CBEn, visto que os estudantes têm inscrições com valores significativamente mais baixos que os profissionais já formados. Além disso, o quadro permanente de sócios da ABEn também sofre forte interferência desse novo perfil do participante dos eventos da entidade, já que a inscrição nos eventos é restrita a sócios da entidade. Este novo cenário, de maior representatividade dos estudantes nas atividades científicas do Congresso, parece ainda não ter sido incorporado pela ABEn na concepção do evento, que ainda se volta para atender as necessidades dos enfermeiros. Por outro lado, a participação dos estudantes no CBEn não tem garantido a permanência destes como sócio da entidade ou sua expressão em outros momentos ou espaços da ABEn. Os estudantes passaram a fazer parte do quadro de sócios da ABEn somente a partir de 1986, com a implantação de um novo estatuto aprovado no ano anterior.

Cabe ainda destacar que durante o Congresso os trabalhos apresentados podem concorrer a prêmios, instituídos a partir de 1957, até

um total atual de 15 premiações. A configuração do prêmios é dinâmica e já sofreu várias adequações, especialmente por indicação dos seus patrocinadores, como Escolas, Empresas de Equipamentos/Medicamentos ou da própria ABEn e suas seções.

2.3 Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem

A criação do Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem – CEPEn da Associação Brasileira de Enfermagem tem como marco inicial o ano de 1971, no qual Haydée Guanais Dourado, em Assembleia de Delegados da ABEn, na cidade de Manaus, sugeriu sua criação e esta foi aceita pela plenária. ⁽²⁴⁾ No entanto, a concretização da proposta somente ocorreu com a incorporação desta ao novo estatuto da ABEn, implementado a partir de 1976, na gestão de Ieda Barreira e Castro (presidente da ABEn de 1976 a 1980).

Como entidade detentora de um discurso autorizado da Enfermagem, a ABEn, desde a década de 1950, sustentava seu pensamento sobre a produção do conhecimento na área no Levantamento de Recursos e Necessidades em Enfermagem. Esta foi considerada a primeira pesquisa brasileira de nossa profissão que, utilizando-se de uma grande amostragem, conferiu à Associação um reconhecimento internacional ^(22,25). Desta iniciativa emergiu a necessidade de criação da Comissão Permanente de Acompanhamento deste projeto, a qual se denominava Comissão de Seguimento do Levantamento. Esta Comissão realizou, na Bahia, no mês de julho do ano de 1958, o I Seminário Didático Internacional de Levantamentos de Recursos e Necessidades em Enfermagem na América Latina. Porém, este projeto perde força a partir de 1960, quando cessa o auxílio financeiro internacional. Tal interrupção teve pouca repercussão no reconhecimento da ABEn, visto que esta já havia obtido, da comunidade profissional, a legitimidade para enunciar o discurso da Enfermagem brasileira. Apesar de sua importância, a divulgação dos resultados do Levantamento foi restrita, visto que os mesmos foram apresentados somente naquele Seminário ⁽²⁰⁾.

O I Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem – SENPE, ocorrido em 1979, na Escola de Enfermagem da USP de Ribeirão Preto foi a primeira realização do CEPEn, constituindo-se em um acontecimento importante da história da Enfermagem brasileira. Foi planejado para Enfermeiras pesquisadoras, vinculadas aos Programas de Pós-Graduação de todo o país, que receberam convite pessoal ⁽²⁶⁾.

A relação de proximidade com o governo, até então sempre presente na política da entidade, garantia a sustentação da ABEn, por meio de financiamentos de projetos. Esta atitude foi criticada pelo MP que, segundo Albuquerque e Pires ⁽²⁷⁾ propunha uma nova visão política e forma de administrar a ABEn, de modo a assegurar sua autonomia e não atrelamento às políticas de Estado.

O MP surgiu com o intuito de criar uma nova visão sobre a profissão de Enfermagem. Uma profissão que se comprometesse com o desenvolvimento de uma prática criativa, com o exercício constante de avaliação crítica; que compreendesse a sua prática como uma prática social constituída e, também, constituinte de um contexto histórico-social. Uma profissão formada por trabalhadores especializados em um campo do saber técnico-científico, com competência para cuidar de indivíduos e grupos no seu processo de viver. Uma profissão que defendesse um conjunto de valores morais para todos os seres humanos, sem qualquer discriminação, destacando-se o direito à saúde, à liberdade e a uma vida digna ⁽²⁷⁾.

Anterior a estas discussões, que viriam a mudar os rumos da ABEn, o CEPEn se propõe, inicialmente, a coletar dados de pesquisas, estudá-los e divulgar seus resultados. Ainda tinha como objetivos: catalogar a produção científica da enfermagem, manter e implementar o acervo histórico da ABEn e desenvolver projetos de pesquisas. Publica a partir de 1979 o primeiro livro: “Informações sobre pesquisa e pesquisadores em enfermagem” com resumos da produção da pós-graduação no Brasil. Tão logo foi divulgado já começam a aparecer os resultados, que foram e continuaram sendo muito positivos para a enfermagem brasileira ⁽²⁴⁾. Já o atual regimento explicita como finalidades do CEPEn: reunir estudos e informações

sobre saúde de interesse para a produção científica na área de enfermagem; realizar estudos e pesquisas em enfermagem e áreas correlatas; cooperar com as demais diretorias da ABEn para a realização de pesquisas e atividades científicas; prestar assessoria na realização de pesquisas de enfermagem desenvolvidas por enfermeiros ou outros profissionais; divulgar resultados de pesquisas e atividades científicas em enfermagem ⁽²⁴⁾.

Para promover participação e articulação da comunidade científica de enfermagem o CEPEn assumiu, estrategicamente, a proposição e desenvolvimentos dos Seminários Nacionais de Pesquisa em Enfermagem – SENPE’s, a partir de 1979, em sua primeira edição. Nesse evento são apresentadas as mais recentes pesquisas da enfermagem brasileira, sendo também um espaço de discussão dos caminhos da política de produção científica e tecnológica da enfermagem. Nesse fórum são delineadas as linhas de pesquisa que orientam a pós-graduação de enfermagem e as áreas de enfermagem prioritárias no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Como exemplo, se pode citar o 2º SENPE, realizado em Brasília em 1982, cujo resultado foi a criação das linhas de pesquisa que orientaram a pós-graduação de enfermagem até 2001 ⁽³⁰⁾.

No início, os SENPE’s reuniam um pequeno grupo de profissionais, na sua maioria vinculados ao ensino e pesquisa e, em especial, aos programas de pós-graduação em enfermagem. O programa do evento apresentava temáticas centrais desmembradas em subtemas e, a partir de sua 3ª edição, em temas livres relacionados aos mais diversos assuntos, possibilitando expor o estado da arte do conhecimento de enfermagem ⁽³¹⁾. O SENPE também publica os anais do evento com os textos das temáticas principais e o resumo dos temas livres, bem como, o relatório final.

Assim, os SENPE’s têm possibilitado uma ampla discussão sobre questões como: referenciais teórico-metodológico para a fundamentação do processo de pesquisa; reflexões sobre a prática de pesquisa; a busca de financiamento para a produção do conhecimento em enfermagem; a aplicabilidade dos resultados de pesquisas

de enfermagem, entre outras. O evento representa uma preocupação da ABEn em oportunizar um espaço específico para o debate da pós-graduação e, ao mesmo tempo, para ampliar os veículos de divulgação do conhecimento. Portanto, o espaço para estas discussões, que anteriormente se localizava no CBEn, passa a se concretizar no SENPE.

Como fórum privilegiado de debates para a Pós-Graduação brasileira, este seminário tem sofrido modificações quanto aos objetivos de sua realização. Inicialmente, admitia-se que essa discussão ocorresse apenas em fóruns restritos e com participação limitada ao corpo de pesquisadores e professores de pós-graduação. Mas, ao longo do tempo e com a realização dos eventos nas mais diversas regiões do país, inclusive onde não havia programas de Pós-Graduação, materializava-se, então, a proposta do MP em relação à democratização da ABEn, inclusive possibilitando a participação mais ampla de seus associados em eventos como esse ⁽³²⁾. O MP entendia que, desta forma, também estava contribuindo para a divulgação da produção científica das enfermeiras docentes e pesquisadoras, além de fomentar a criação de outros centros de pesquisa e formação de pós-graduação.

A expectativa que se concebeu no início do funcionamento do CEPEn era de que se estava diante de uma organização que, além de ser a guardiã do patrimônio histórico da ABEn, estaria também se articulando com organismos governamentais e entidades internacionais com a finalidade de divulgar e participar da produção do conhecimento. No entanto, passadas três décadas, o CEPEN tem ainda como sua maior referência a organização do Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem e a promoção de fóruns que reúnem profissionais, coordenadores de Programas de Pós-Graduação e a Representação da área de Enfermagem na CAPES e CNPq. A ampliação das finalidades, para além de organização de eventos, ainda se mostra como desafio, uma vez que não se vislumbra uma mais efetiva capacidade de intervenção sobre setores e estratégicos da ciência e tecnologia no país. Permanece como meta sua possível configuração como instância capaz de estabelecer mecanismos

políticos para desenvolvimento das pesquisas de enfermagem, ou mesmo, como um centro de investigação de abrangência nacional e direcionado para temáticas prioritárias.

O CEPEn, além de organizar o SENPE, mantém na sede da ABEn, em Brasília, o maior acervo de teses e dissertações de Enfermagem da América Latina. Tal acervo está catalogado na biblioteca do próprio centro, disponível para consultas. A partir desse acervo, publica anualmente o catálogo “Informações sobre Pesquisas e Pesquisadores em Enfermagem” com o resumo de teses e dissertações defendidas a cada ano nos Programas de Pós-Graduação. No ano de 2001, editou um CD-ROM com todos os resumos já publicados, no período compreendido entre 1979 a 2000, com um total aproximado de 2000 trabalhos.

Outra ação, iniciada em 1988, foi o projeto de *Fontes da História da Enfermagem* que, em sua primeira fase contou com o registro sonoro e narrações transcritas da história de vida de nove enfermeiras que participaram da organização da ABEn, em seus primórdios.

Assim, nos 40 anos de existência, o CEPEn é reconhecido internacionalmente, por preservar uma coleção de mais de 4.000 trabalhos. No entanto, é desafiado a desenvolver seu potencial para expandir-se e dedicar-se a grandes projetos de pesquisas que venham impactar a prática, o ensino e os modos como o conhecimento da enfermagem brasileira vem sendo produzido e consumido.

2.4 A Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn)

A Entidade tinha, já em 1932, um projeto mais ou menos delineado para a criação da revista, o qual vinha do nascedouro da Enfermagem moderna no Brasil e estava nas premissas das enfermeiras americanas da Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem ou Missão Parsons. O primeiro passo já havia sido dado, quando da fundação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas, no ano de 1926. Em 1932 chegara o momento de concluir a segunda etapa, ou seja, criar a revista, o que conformava o modelo de Enfermagem preconizado pelas enfermeiras americanas ⁽³³⁾.

Embora hoje a REBEn compartilhe este papel e importância com outros periódicos, que ampliaram-se numérica e qualitativamente ao longo dos últimos vinte anos, a REBEn mantém o diferencial referenciado pela sua historicidade e sua vinculação à ABEn. Mesmo que se assemelhe a outros em termos de normalização, periodicidade e tipo de artigos publicados mantém esta característica marcante de representatividade⁽³⁵⁾.

A REBEn também tem sido um espaço para a divulgação de temas polêmicos, relativos à vida da entidade e da profissão, que algumas vezes não tem visibilidade em outras revistas. Essa política vem de longa data e serve para produzir impacto em questões que a entidade quer dar realce político, quer que sejam discutidas, como se percebe na produção de determinados atores, que frequentam com relativa facilidade as páginas da revista. Isto também é constatado por trabalhos que utilizaram a revista como corpus de análise para determinados temas, como Mai⁽³⁴⁾ que estudou a eugenia e suas diferentes manifestações no discurso da saúde ao longo da existência do periódico.

No entanto, desde o seu surgimento na década de trinta, até o final dos anos oitenta, a REBEn foi além de um periódico de divulgação do conhecimento de enfermagem, também um espaço privilegiado para a ABEn expressar sua ideologia aos leitores e membros daquela organização. Esta ideologia era expressa, principalmente, no conteúdo de seus editoriais, normalmente elaborados pela Presidente da Entidade ou pela Editora da Revista, personagem autorizado a enunciar um discurso em nome da entidade. Daí que a maioria desses Editoriais são assinados, como foi comprovado em pesquisa realizada em 316 editoriais publicados até 2007, dos quais apenas 86 não tem autoria⁽²⁰⁾.

Uma evidência exemplar pode ser apontada no número inaugural de *Annaes de Enfermagem*, como foi inicialmente chamada a REBEn. O editorial denominado "Era Nova"⁽³⁶⁾, escrito por Rachel Haddock Lobo comenta o surgimento do periódico, declarando que este seria o "arauto" da Enfermagem. Tal pensamento vai se constituindo ao longo da existência da REBEn, muito embora a revista não traga

sempre em seus editoriais essa mensagem, sua orientação está distribuída de um determinado modo que possibilita a emergência de determinados temas, ou a ênfase a certos enunciados. Enunciados capazes de ativar visibilidades, “de modo a mostrar certas realidades e, ao mesmo tempo, ocultar outras” (37-38), sempre a produzir certos efeitos ideológicos.

As mensagens veiculadas pela revista e oriundas da ABEn não estavam descoladas do cenário e nem das ideias que caracterizavam os atores da Enfermagem da época (18). Mostravam os modos de ser dessa enfermagem, além de orientarem a condução da mesma em todos os espaços sociais, profissionais e políticos. Oportunizavam, assim, condições e possibilidades a certos modos de ser e fazer. Por esse viés, pode-se compreender como se fosse uma arqueologia dos procedimentos de controle, de seleção, de organização e de redistribuição dos discursos, bem como uma arqueologia dos procedimentos que instituem e significam o sujeito que fala (39-40).

Os editoriais, ao tratarem de temas em evidência do contexto sócio-político, trazem a cada época, às vezes de forma velada, a orientação ideológica dos dirigentes da ABEn. A análise de seu conjunto permite traçar um itinerário que orienta o olhar sobre a própria profissão. Isto nos permite afirmar que os editoriais da REBEn são veículos de divulgação da ideologia dominante na entidade, porque embora personalizados reproduzem o discurso da ABEn, como demonstram Dias et al.(41) em análise de quase duas décadas dos editoriais de Haydee Guanais Dourado.

As comemorações ilustram um tipo de relação entre o presente e a história, em que o primeiro configura-se como uma eterna reciclagem de configurações diversas do passado (42). Assim, ao organizar/compor números comemorativos para celebrar datas, o Conselho Editorial decidia a que dar visibilidade ou não, na seleção dos artigos que comporiam cada número da revista, considerando que o espaço para drenar a produção submetida à avaliação sempre foi inferior a demanda. Desta forma, por meio da revista e de suas normas, a ABEn dirige a cena e escolhe os atores para contracenar (18).

Assim, se posiciona ABEn, em editorial por ocasião dos atos de celebração dos primeiros 30 anos de existência do periódico.

Estabelece-se para realizar comunicação, para servir de depositária das concepções que vão plasmando, moldando e dando existência a enfermagem nacional. Graças a existência da Revista, muitas ideias são produzidas, reunidas e difundidas ^(43:401).

Acreditamos que o Conselho Editorial buscava estimular a documentação mais particularizada de determinados temas, de modo que, além de possibilitar visibilidade a certos conhecimentos, conferia certa autoridade a determinados sujeitos, eleitos como porta-vozes da entidade ⁽⁴⁴⁾.

Ao longo destes 80 anos, a revista teve várias moradas, migrando toda sua estrutura de acordo com o local de residência da editora, ora para a Bahia, ora para o Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, conforme quadro abaixo. Como apontado por Proença ⁽⁴⁵⁾ por ocasião dos 60 anos da REBEn *“historicamente, a nossa Revista sempre se sustentou no desejo dos dirigentes e sócios da ABEn em manter o veículo oficial de divulgação (p. 7)”*.

Nos anos 80, a diretoria da ABEn encontra grandes dificuldades no financiamento da revista, pois a impressão do periódico era muito cara e a política da revista era de que os sócios tinham o direito de recebê-la sem custo adicional, conforme determinação do estatuto, desde 1962. Eram necessários aproximadamente 15.000 exemplares para distribuir a REBEn para todos os sócios, assinantes institucionais, não sócios, permutas, assinaturas internacionais e vendas avulsas. As dificuldades encontradas levaram a primeira diretoria do MP, através decisão de AND, a desvincular o recebimento do periódico da anuidade da ABEn⁽⁴⁶⁾. Esta atitude foi recebida inicialmente com muitas críticas, no entanto, a partir de 1990 a revista passa a ser distribuída somente pelo sistema de assinaturas. Embora esta decisão contribua para a regularidade da revista, o sistema de assinaturas por si só não é capaz de garantir a sobrevivência do periódico.

Tanto que a impressão da revista continuaria dependendo de auxílios de órgãos financiadores de ciência e tecnologia, como CNPq, FINEP, Universidades, Ministério da Saúde, UNESCO e, principalmente, do orçamento da ABEn.

De acordo com uma ex-dirigente, quando estimulada a falar sobre sua contribuição para a ABEn durante o período em que fez parte do Ministério da Educação, a diretoria da ABEn sempre esteve atenta para postos em órgãos de governo ocupados por enfermeiras. E estas estavam ligadas a Associação, intermediando algumas parcerias, pelas quais se financiavam itens importantes para a sobrevivência da Associação.

Já no relatório da gestão 2001-2004 da ABEn, divulgado em janeiro de 2006, esse informa que a revista já não depende de financiamento externo para a sua impressão. As assinaturas permitem a sobrevivência da revista e, ainda, auxiliam nas despesas da própria ABEn.

“Em dezembro de 2004, havia 800 assinaturas, é um número bastante expressivo se considerarmos que a média de assinaturas das revistas acadêmicas gira em torno de 450 assinaturas [...] uma publicação deveria investir em uma política de editoração voltada, prioritariamente, para a constituição de um público de assinantes leitores”⁽⁴⁷⁾. Diferente do que está vinculado atualmente, que adota como regra pagar a assinatura para publicar Não poderia ser de outra forma, pois as assinaturas espontâneas não sustentam a revista, é necessário o complemento financeiro e esse vem das demais assinaturas.

Um marco importante na história da REBEn e de seu papel para a profissão, foi a criação da revista Escola de Enfermagem da USP (1967), a segunda revista brasileira na área, que passa a competir com a REBEn pela divulgação do que as enfermeiras produzem. A disputa inicialmente é percebida pela busca dos trabalhos apresentados no CBEn, que costumavam ser publicados na REBEn. A partir da edição da nova revista, a própria Direção da Escola da USP passou a solicitar da ABEn que a produção de autoras que eram professoras daquela escola fossem redirecionadas ao novo periódico. Inclusive as solicitações eram motivos de discussão nas reuniões da diretoria da

ABEn, criando alguns constrangimentos, uma vez que as lideranças da Associação também eram professoras da Universidade de São Paulo ⁽⁴⁸⁾.

Outras publicações dão início logo a seguir, como a Revista Enfermagem em Novas Dimensões e Revista Gaúcha de Enfermagem, ambas publicadas em meados da década de 70, sendo a primeira partir de 1975 e, a segunda em 1976.

Vale ressaltar, que no CBEn de 1972, organizado pela ABEn-MG em Belo Horizonte, foi realizado um concurso para a escolha do nome de uma nova revista que seria lançada pelos laboratórios da Johnson & Johnson. Venceu a sugestão de uma enfermeira mineira para que se chamasse “Enfoque”. Deste modo, no ano seguinte o novo periódico passa a circular entre os profissionais, com distribuição gratuita. A revista inaugura um novo perfil de publicação com veiculação de propaganda de medicamentos e materiais de uso hospitalar, com notícias curtas, informes científicos apresentados numa linguagem jornalística, com entrevistas e muitas cores em suas páginas ⁽⁴⁹⁾.

Assim, a situação em que se encontrava a REBEn vai lentamente sendo deslocada em função do novo papel que se está delineando para as publicações de enfermagem, muito ligado ao que se espera como resultado dos recentes programas de pós graduação introduzidos no país, que vieram com o discurso de qualificação docente e de uma desejada inserção internacional. Portanto, as revistas passam a ter outro papel, qual seja, divulgar a produção da pós-graduação em enfermagem. Adquirem, assim, um caráter acadêmico e definem certo jeito, talvez novo, para publicar em enfermagem.

No entanto, o novo cenário em que contracenavam as recentes publicações era ainda muito dependente da estrutura da ABEn, como o CBEn, lugar preferencial para os editores divulgarem suas revistas. Desse modo, havia muitos pedidos dos responsáveis por essas publicações para vender assinaturas durante a realização do Congresso, inclusive com a apresentação de propostas de parcerias, brindes e outras estratégias para atrair leitores assinantes e promover a adesão da ABEn ao seu projeto ⁽⁵⁰⁾.

Essa nova situação não se apresentava sem conflitos, como podemos verificar no editorial inaugural da Revista Enfermagem em Novas Dimensões, em que a editora apresenta sua revista como uma publicação que veio para resolver problemas crônicos apresentados pela REBEn, de estar sempre atrasada, ou da Revista de Enfermagem da Escola de Enfermagem da USP, que teria uma circulação restrita, impedindo que o conhecimento circulasse amplamente no meio dos pesquisadores de enfermagem ⁽⁵¹⁾. Tal revista nascia com o aval de sua editora, pesquisadora que despontava como uma teórica brasileira da profissão, com carreira consolidada. Portanto a revista já vinha com a garantia de qualidade imposta por sua dirigente.

Gradativamente, cada programa de pós-graduação vai criando suas revistas, com a finalidade de escoar sua produção acadêmica que, de outro modo, tinha pouca possibilidade de divulgação nos poucos meios de circulação da época. Assim, a quinta revista a ser criada, a Revista Gaúcha de Enfermagem se originava em um estado onde a pós-graduação recém despontava e a produção era muito pequena, o que fez com que o periódico se dedicasse a também divulgar o que era produzido em outros espaços de pesquisa.

Embora existam referências a outras publicações de enfermagem anteriores, como uma revista que teria existido na década de 1930 em Belo Horizonte, não foi possível localizar tal periódico Sena ⁽⁵³⁾. Assim, o que temos sobre as publicações de enfermagem desde o período da implantação da Escola Anna Nery, em 1923, até a década de 60, se restringe a REBEn.

Ao mesmo tempo que estudo bibliométrico conclui que “a REBEn é o periódico de maior impacto e autoridade na comunidade de enfermagem” Santos et al. ^(53:177), também demonstra-se que a REBEn é o periódico mais utilizado por docentes de enfermagem Prado e Gelbeck ⁽⁵⁴⁾. Levantamento realizado com os periódicos de Enfermagem no Brasil concluiu que a REBEn é a revista com a melhor distribuição entre os periódicos brasileiros, visto que entre seus assinantes existem mais de 100 bibliotecas e seus artigos são indexados, desde 1965, na maior base de dados da área da saúde, o MEDLINE/INI. Mancia e Ramos ⁽⁵⁵⁾.

No índice CUIDEN, da Fundación Index de Espanha, base que tem mais de 200 revistas de língua espanhola e portuguesa, a Revista Brasileira de Enfermagem apareceu, em 2006, como a mais citada em português⁽⁵⁶⁾, no entanto não mantêm hoje tal posição.

A década de 90 trouxe um avanço significativo para a REBEn. Até então o CBEn garantia textos para compor a revista quando a demanda espontânea era insuficiente, de forma que qualquer trabalho apresentado no Congresso estava automaticamente bloqueado para análise e possível publicação. O aumento da produção apresentada no CBEn, chegando a um número superior a 1000 no ano de 1998, aliado ao aumento de textos via demanda espontânea para a REBEn, levou a diretoria, a partir do 51º CBEn (1999), a não mais reservar o direito de publicação dos trabalhos do Congresso para a revista⁽⁵⁷⁾.

Com a abundante produção da pós-graduação em enfermagem no Brasil, a demanda de trabalhos para análise que chegava à secretaria da revista levou a um acúmulo em proporções que não seria possível publicá-los sem que perdessem a atualidade. Por isso, e com a finalidade de divulgar uma produção mais recente, em 2002 a REBEn passou a ter periodicidade bimestral, incluindo números temáticos regulares, além da publicação de índices anuais e cumulativos, estes a cada cinco anos⁽⁵⁸⁾.

Visando contribuir para a melhoria dos periódicos de enfermagem em geral, e especificamente da própria REBEn, é que passou-se a realizar anualmente, a partir de 1998, o Encontro Nacional de Editores de Periódicos de Enfermagem (ENEPEEn) durante o Congresso Brasileiro de Enfermagem, experiência que vem se acumulando e ampliando sua importância. Tal atividade tem propiciado o intercâmbio entre os editores e a pós-graduação, considerando que a maioria das publicações de enfermagem são vinculadas aos Programas de Pós-Graduações *Stricto Sensu*⁽⁴⁷⁾.

Os encontros estão consolidados, pois mantêm sua regularidade e temáticas definidas; seus encaminhamentos são incorporados pela agenda da ABEn. A CAPES e CNPq, que no início não prestigiaram o evento, hoje constroem juntos a programação de cada

atividade, inclusive o resultado da pesquisa apresentado no 3º ENE-PEn foi utilizado como subsídio para a avaliação dos periódicos no ano de 2001. A pesquisa⁽⁵⁵⁾ foi a primeira a mostrar o cenário das publicações de enfermagem no Brasil. Seu resultado teve um significado simbólico, que permitiu a ABEn definir estratégias de comunicação entre os periódicos de enfermagem. A partir de 2005 a agenda do encontro também se junta ao programa da diretoria do CEPEn, de forma, que ambas as diretorias da ABEn (CEPEn e Divulgação e Comunicação Social) trabalham para a efetivação do evento.

2.5. Estratégias políticas para a educação em Enfermagem

De acordo com Germano⁽²¹⁾ a preocupação com a educação está presente na constituição da ABEn desde seu início. Quando do registro do primeiro estatuto, em 1929, está claro esse compromisso ao declarar: “Trabalhar incessantemente pelo progresso da educação e pelo estabelecimento de escolas de enfermagem que tenham os mesmo requisitos da Escola Oficial do Governo Federal” ^(3,480). Natural que a entidade estivesse preocupada com a escola, pois ali se constituiu a matriz da recém criada organização.

O crescimento da legislação de educação e a demanda para o controle da profissão geram na Associação a necessidade de criar as Comissões Permanentes de Legislação e Educação no ano de 1939. Consequentemente, o grupo que compunha estas comissões trabalhava no sentido de regulamentar o ensino e a prática de enfermagem. A ABEn, por meio de suas comissões permanentes, acompanhou a criação e implantação “de quase todas as escolas de enfermagem dos primeiros tempos” ^(59,9).

Atualmente, a ABEn não tem tido essa participação direta, no entanto, os encontros que a entidade promove têm permitido que se façam encaminhamentos e critérios para um controle de qualidade e de condições de funcionamento de novos cursos. Apesar deste esforço, a categoria não consegue ter uma atuação tão efetiva quanto necessária, face ao crescimento vertiginoso de novas

escolas; em muito superior a de outras áreas da saúde, como a medicina e odontologia. A preocupação quanto aos critérios e condições para abertura de novos cursos se atualiza e se torna mobilizadora de constantes intervenções da ABEn.

Através de seus eventos, entre eles o Congresso Brasileiro de Enfermagem, a ABEn tem participado de todas as decisões relativas à profissão, desde a educação profissional de nível médio até a pós-graduação em enfermagem. Nesse sentido a partir de 1994 organiza o Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem no Brasil- SENADEn⁽⁶⁰⁾.

Inicialmente, neste fórum foram discutidas as formas de implementação e regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no que tange à área de enfermagem e das questões de formação e do perfil que se desejava dos profissionais, na perspectiva de manter a qualidade da assistência e da formação dos egressos dos cursos de enfermagem ⁽⁶⁰⁾.

Os SENADEns surgiram como forma de discussão para implementação e acompanhamento do currículo mínimo dos cursos de graduação em enfermagem. O currículo que provocou tal iniciativa da ABEn se originou do Parecer 194/94 do Conselho Federal de Educação – CFE/MEC, mas logo mostrou-se necessário tornar esse seminário regular, para discutir educação em enfermagem em suas constantes mudanças e desafios. Esta prática de orientar a educação em enfermagem no Brasil é desenvolvida pela ABEn por intermédio de sua Diretoria de Educação desde a década de 30. Em meados dos anos 40 inicia-se a discussão com as escolas de enfermagem e com lideranças políticas para modificar leis do exercício profissional. Tais discussões convergiram para a homologação da Lei 775/49, a primeira sobre educação em enfermagem e, também a lei que cria o curso de auxiliar de enfermagem ⁽³⁾.

Lima ⁽⁶¹⁾ afirma que o currículo oriundo desta lei não observava a realidade do mercado de trabalho, que exigia enfermeiros para assumirem posições de chefia. Garcia et al. ⁽⁶⁵⁾ inferem que a partir deste currículo o ensino ficou ainda mais fragmentado. Segundo Carvalho

^(61:9) “A Associação teve ação preponderante no que concerne ao currículo e à maior parte das disposições contidas nessa lei, tendo acompanhado toda a sua tramitação, apresentado valiosos subsídios”.

Nesta trajetória, a Diretoria de Educação da ABEn participou ativamente dos momentos seguintes da reforma do currículo de enfermagem. Como se pôde constatar quando o CFE emitiu o Parecer 271/62 e, ao mesmo tempo em que atendeu reivindicações da profissão, gerou descontentamento ao excluir a saúde pública desse currículo. Tal parecer, tão logo foi publicado, imediatamente sofre modificações por exigência da ABEn, que estava na condição de representante das educadoras de enfermagem. Este foi considerado, por Carvalho ⁽⁵⁹⁾, como o momento de ingresso das escolas de enfermagem no sistema Universitário.

No desenvolvimento da profissão a ABEn acompanhou a educação e, atenta à reforma universitária que se implantava no país, encaminhou entre 1968 e 1970 quatro anteprojetos de currículo mínimo para a enfermagem ⁽⁶²⁾. Ao final de 1970, a Comissão de Educação da ABEn apresentou novo projeto ao CFE, inclusive incorporando as propostas anteriores. O relator do Parecer 163/72 não atendeu totalmente as solicitações da ABEn e aprovou um currículo para adequar o futuro enfermeiro ao mercado de trabalho, conforme resolução 4/72 de fevereiro de 1972 ⁽⁶³⁾.

A partir de 1986, em parceria com a Comissão de Especialistas em Ensino de Enfermagem (CEEEnf) da Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) a Comissão de Educação da ABEn iniciou as discussões sobre o currículo vigente e a forma de ampliar o debate sobre o mesmo. Preocupada com a definição de novas diretrizes educacionais ⁽⁶³⁾ e considerando que havia uma grande defasagem no atual currículo, criado de acordo com o Parecer 271/72, a ABEn organizou-se um plano de ação, realizando eventos regionais e nacionais, integrando nacionalmente as escolas de enfermagem para o debate e elaboração de uma nova proposta de currículo mínimo. O espaço criado para esta discussão foi os Seminários Nacionais sobre Currículo Mínimo para a formação do Enfermeiro (SENFE), realizado entre 1987 e 1989.

Todos os SENFE foram precedidos por encontros com a mesma finalidade realizados nas regiões do país. Estes, por sua vez, demandaram reuniões menores ou oficinas de trabalho, como a que se realizou na sede da ABEn em Brasília em 1991. Nesta oficina foi defendida a proposta de currículo mínimo que seria encaminhada ao MEC ainda nesse ano ⁽⁶³⁾.

A partir de 1994, outra reforma no ensino da Enfermagem brasileira mobiliza a ABEn a propor um currículo mínimo voltado para uma análise crítica da saúde e comprometido com a profissão como prática social. Neste período acirra-se a mobilização da ABEn em seu incessante trabalho no contexto político educacional. Exemplo disso foi a realização de SENADEn's emergenciais, pós LDB, para responder com agilidade às solicitações da comunidade de enfermagem ⁽⁶³⁾.

Nesta perspectiva, foram realizados SENADEn's nos anos de 1994, 1997, 1998, anualmente de 2000 até 2006, tornando-se bianual a partir de 2008. Sempre em parceria com as escolas de enfermagem, em cada encontro são debatidas as questões eleitas por sua atualidade e que exigem posicionamento imediato da categoria. Assim acontece com questões como: perfil, competências, carga horária dos cursos, exame nacional de cursos, avaliação dos cursos; bem como respostas às propostas de realização de cursos sequenciais ou, mais recentemente, a proposta de criação do tecnólogo de enfermagem. Essas duas últimas propostas, a despeito do grande interesse por parte de organizações privadas, foram rechaçadas pelos profissionais, depois de muita discussão liderada pela ABEn. Apesar de vitórias políticas importantes, a própria entidade considera estratégica a constante atenção quanto a emergência destas e outras políticas, divergentes dos interesses da profissão.

Em síntese, a diretoria de Educação da ABEn, por meio da estratégia chamada SENADEn, contribuiu grandemente para a construção das Diretrizes Curriculares de Enfermagem aprovadas no CNE (2001), após a promoção de amplos debates nos espaços políticos, acadêmicos e, principalmente, nos encontros associativos da entidade ⁽⁶³⁾.

3. REFERÊNCIAS

1. Barreira IA, Sauthier J, Baptista SS. O movimento associativo das enfermeiras na primeira metade do século XX. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília (DF) 2001abr/jun;54(2):157-73.
2. Associação Brasileira de Enfermagem. Atas das reuniões da Escola Anna Nery. Rio de Janeiro, 1932-1957. Livro 23. Acta da reunião da Associação de Alumnas da Escola de Enfermeiras Anna Nery.
3. Carvalho AC. Associação Brasileira de Enfermagem-1926-1976- Documentário. Brasília(DF):ABEn;1976.
4. Gomes TO, Silva BR, Baptista SS et. al. Enfermeiras católicas em busca de melhores posições no campo da educação e da prática em Enfermagem nos anos 40 e 50 no Brasil, no século XX. *Revista Texto & Contexto*, Florianópolis, 2005;14(4):506-512.
5. Carvalho AC. Escola de Enfermagem da universidade de São Paulo. Resumo histórico-1942-1980. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo1980 ago;14(supl)1-271.
6. Mancia JR, Padilha MICS. Trajetória de Edith Magalhães Fraenkel. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília,2006.;59 (esp):432-437.
7. Fraenkel EM. A enfermagem no Brasil. *Annaes de Enfermagem*, Rio de Janeiro, 1932;1(1):8-11.
8. Oguisso T. El consejo internacional de enfermeras: su historia, organización, objetivos y alcances. *Revista Panamericana de Enfermería*, México, DF2004;2(2):142-153.
9. Associação Brasileira de Enfermagem. Ata da 48ª Reunião do CO-NABEn. 30-31 outubro 2005. Goiânia (GO): ABEn,2005.
10. ESTATUTO. Estatuto aprovado em Assembléia Nacional de Delegados da Associação Brasileira de Enfermagem (Sessão

Extraordinária), realizada nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2005, na Plenária da Reitoria da Universidade Católica de Goiás.

11. Vale EG. ABEn: 75 anos de democracia, ética e compromisso com a enfermagem brasileira [editorial]. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v.54, n.2, p.151-156 abr/jun. 2001.
12. Aone EM, Ferreira ETR, Canavezzi R, Chacur MIB. Associação Brasileira de Enfermagem- seção São Paulo, notas sobre as contribuições para a enfermagem brasileira. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília (DF) 2001 abr/jun;54(2):364-81.
13. Semana da Enfermeira. Rio de Janeiro: Escola Anna Nery; 1941.
14. Almeida Filho AJ, Santos TCF, Baptista SS, Lourenço LHSC. Reunião de diretoras de escolas de enfermagem: um cenário de lutas simbólicas no campo da educação em enfermagem (1943-1945). Revista Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, .2005;out/dez14(4):528-536.
15. Secaf V, Costa HC. Boa-Viagem. Enfermeiras do Brasil- história das pioneiras. São Paulo: Martinari; 2007.
16. Semana da Enfermeira. Rio de Janeiro: Escola Anna Nery; 1940.
17. Pinheiro MRS. Relatório da presidente (Divulgação da Enfermagem). Revista Brasileira de Enfermagem, 1955 set.; VIII(3):3.
18. Mancia JR. A ABEn-RS e as enfermeiras assistenciais- uma análise reflexiva [dissertação de Mestrado em Enfermagem]. Florianópolis (SC): Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina;2002a.96f.
19. Mancia JR, Vargas MAO. A leitura deste texto. In: Livro-temas da 66ª Semana Brasileira de Enfermagem- A bioética e os modos de ser da Enfermagem. Brasília: ABEn, 2005.

20. Mancia JR. Revista Brasileira de Enfermagem e seu papel na consolidação profissional. Florianópolis(SC): Programa de Pós-Graduação em Enfermagem , Universidade Federal de Santa Catarina;2007.179f.
21. Germano RM. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez;1993.
22. Barreira IA, Baptista SS. Haydée Guanais Dourado: carisma e personalidade a serviço de um ideal. Revista Brasileira de Enfermagem (DF) v.55,n.3,p.275-292, maio/jun. 2002.
- 23.Pires DEP. Discurso. In: Congresso Brasileiro de Enfermagem, 41., 1989, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ABEn, 1989.
24. (Silva EM. Produção, divulgação e utilização da pesquisa em enfermagem- a contribuição do Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem (CEPEn) da ABEn. Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem, 7., 1994, Fortaleza. Anais... Fortaleza: ABEn,1994.
25. (Diretrizes para Enfermagem no Brasil. Relatório final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil 1956-1958. Brasília: ABEn, 1980.
26. SENPE. Relatório. Ribeirão Preto: ABEn,1979.
27. Albuquerque GL Pires DEP. A propósito do Movimento Participação. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília 2001 abr/ jun;54(2):174-184.
28. Associação Brasileira de Enfermagem. Regimento do CEPEn. Brasília: ABEn;1998.
29. Albuquerque GL. O movimento participação na Associação Brasileira de Enfermagem- Seção Santa Catarina, na visão de suas principais lideranças. Florianópolis, 2001. 210f. Tese (

doutorado em Filosofia da Enfermagem)- Programa de pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

30. Avaliação & Perspectiva. Relatório do II Seminário Nacional sobre Ensino de Pós- Graduação e Pesquisa em Enfermagem. Brasília: CNPq/ABEn, 1982.
31. Mancia JR, Padilha MICS. O consumo e a socialização da pesquisa em enfermagem. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem, 11., 2001, Belém. Anais... Belém: ABEn, 2001.1CD-ROM.
32. Oliveira IRS, Barreto IS Lima MG. Os setenta anos da Associação Brasileira de Enfermagem(ABEn). Revista Brasileira de Enfermagem, 1997 jul/set;50(3):441-58.
33. Paiva MS (Coord.) et al. Enfermagem Brasileira – Contribuição da ABEn. Brasília: ABEn;1999.
34. Mai LD. Análise da produção do conhecimento em eugenia na Revista Brasileira de Enfermagem- REBEn, 1932 2002. Ribeirão Preto(SP): Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2004.194f
35. Mancia JR, Padilha MICS. La trayectoria de la Revista Brasileira de Enfermagem- REBEn70 anos. Revista Panamericana de Enfermería, México, DF 2003.,,nov;1(1):85-89.
36. Lobo RH. Era nova. Annaes de Enfermagem, Rio de Janeiro, 1932.maio;1(1):5-6.
37. Veiga-Neto A. Foucault & Educação. Belo Horizonte: Autêntica;2003.
38. Foucault M. A arqueologia do saber. São Paulo: Forense;1997.

39. Santos TCF, Oliveira ST. Rachel Haddock Lobo: vida Profissional e sua contribuição para a REBEn. Rev Bras Enferm, Brasília 2002 maio/jun; 55(3):264-268.
40. Oliveira ST, Santos TCF. Rachel Haddock Lobo: figura-tipo de enfermeira dos anos 30. Rio de Janeiro: Escola Anna Nery, 2003.
41. Dias LPM, Monticelli M, Nazário NO. Editoriais dourados da REBEn. Revista Brasileira de Enfermagem, 1998 out/dez; 51(4):547-560.
42. Dosse F. A história em migalhas. São Paulo: EDUSC; 2003.
43. Revista Brasileira de Enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 1962. out. ; XV(5):401-402.
44. Mancia JR, Paim L, Zago A. O veículo REBEn e sua linha editorial. In: Colóquio Latino-Americano de História da Enfermagem, 2., 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: EEAN, 2005. 1 CD-ROM.
45. Proença JF. Revista Brasileira de Enfermagem – 60 anos de existência. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 45, n. 1, p. 1, jan./mar. 1992. Editorial.
46. Burlamaque CS. A Revista Brasileira de Enfermagem e seus compromissos. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília 1987abr/maio/jun/jul/ago/set; 40(2/3):87.
47. Mancia JR, Ser editor da REBEn: lugar especial. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 2004. set/out; 57(5):525-526.
48. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Livro de atas n.6. Reuniões de Diretoria de 1969 a 1975.
49. Enfoque. Concurso. Enfoque, São Paulo, 1973; :2:5.

50. Associação Brasileira de Enfermagem. Livro de atas n.7. Reuniões de Diretoria de 1975 a 1979
51. Horta WA. Editorial. Revista Enfermagem em Novas Dimensões, São Paulo, 1975.;1(1):1
52. Sena RR. Obras raras. Revista Mineira de Enfermagem, Belo Horizonte, 1997;1(1):1.
53. Santos Iraci dos, et al. Nascentes do conhecimento em enfermagem. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem 9., 1997, Vitória. Anais... Vitória: ABEn, 1997.
54. Prado ML Gelbcke FL. Produção do conhecimento em Enfermagem no Brasil: as temáticas de investigação. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 2001. jan./mar.;54(1):34-42.
55. Mancia JR, Ramos FRS. Situação dos periódicos de Enfermagem no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Enfermagem, 52, 2000, Recife. Anais...Recife: ABEn, 2001.
56. INDEX DE ENFERMERÍA. II Conferencia Iberoamericana de Editores de Revistas de Enfermagem. México,DF,2005. Disponível em: < Fundaciónindexdeenfermeria.com > capturado em 12 fev 2006.
57. Mancia JR. Novos tempos na ABEn. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 58, n.4, p. 435-436, out./dez. 1998.
58. Mancia JR. Revista Brasileira de Enfermagem: 70 anos. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília 2002, jan/fev;;55(1):5..
59. Carvalho AC. Associação Brasileira de Enfermagem 1926-1986. Revista Brasileira de Enfermagem,1986. jan/fev/mar;39 (1): 7-12.

60. Mancia JR, Padilha M I C S, Reibnitz KS. A contribuição dos SENADENs para a construção das diretrizes curriculares da enfermagem. In: Seminário Nacional de Diretrizes Para Educação Em E no Brasil, 6., 2002, Teresina. Anais... Teresina: ABEn, 2003.
61. Lima MADS. Ensino de enfermagem: retrospectiva, situação atual e perspectivas. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília 1994; out/dez 47(3):270-277.
62. Garcia TR, Chianca TCM, Moreira ASP. Retrospectiva histórica do ensino de enfermagem no Brasil e tendências atuais. Revista Gaúcha Enfermagem, Porto Alegre 1995.jan./dez.16(1/2):74-81.
63. Torrez MNFB. Construindo uma rede de sustentabilidade da implantação das diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília 2003; 56(4):333-334.